

RESENHAS

CAFÉ AMARGO Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)

- de Verena Stolcke São Paulo, Brasiliense, 1986.

Tradução de Denise Borttman e João Martins Filho

por José Graziano da Silva

O livro de Verena Stolcke - *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)* - é, na verdade, uma tentativa de escrever a economia política do café em São Paulo, tendo como pano de fundo a constituição do mercado de trabalho livre a partir de uma análise da constituição e declínio do colonato.

O livro tem na verdade duas partes. A primeira apresenta uma análise "cronológica", em cinco capítulos, do período 1850 a 1960.

Na segunda parte são apresentados três ensaios de caráter antropológico sobre as condições de vida e trabalho dos bóias-frias paulistas. Por considera-los uma contribuição mais abrangente, vou tratar apenas da primeira parte do livro de Verena.

O primeiro dos cinco capítulos "cronológicos" conta a introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo no período 1850-1890. Trata-se aí das origens da parceria e do colonato, formas de organização do trabalho que antecederam o trabalho exclusivamente assalariado nas lavouras. Verena ressalta com precisão que a característica básica do colonato era a de um sistema misto de trabalho familiar e individual que combinava a remuneração por tarefa (no café) e por produção (ou trabalho por "conta própria", nas roças de subsistência).

O segundo capítulo ressalta exatamente essa característica do colonato que permitiu uma simbiose entre o café e as culturas alimentares no período 1890-1929. Assim, à medida que se resolvia a questão da produção de alimentos, estruturava-se também o mercado de trabalho livre para as grandes lavouras de café. Ao longo de todo o período, conclui Verena, não houve escassez absoluta de mão-de-obra "Pelo contrário, através de alterações nas condições de plantio de alimentos, os fazendeiros podiam variar os salários monetários e a oferta de mão-de-obra. Os preços baixos do café tendiam a provocar uma compressão nos salários monetários, compensada por condições mais favoráveis de auto-subsistência, especialmente o plantio intercalado de culturas alimentares entre os pés maduros."

O terceiro capítulo trata da crise de 29. Verena utiliza-se aqui, além das já conhecidas análises de Sérgio Milliet, Wilson Cano e Angela Kageyama, de uma farta literatura extraída do discurso dos próprios cafeicultores. Isso lhe permite trazer com propriedade um elemento novo à explicação da resistência dos cafeicultores à grande crise: "A redução em mais de 50 % nos salários em dinheiro pagos aos colonos foi provavelmente o fator mais importante, além da sustentação oficial do preço, na notável capacidade de resistência dos cafeicultores frente à crise".

O quarto capítulo trata do "novo papel do café após a guerra". E, na minha opinião, uma das melhores partes do livro. Primeiro porque trata-se de um período difícil de ser analisado (desde o Governo Vargas até Kubitschek) pelas profundas transformações porque passou o país e sua agricultura. (Sintomaticamente, é um dos poucos que não têm uma seção que apresente as "conclusões" do capítulo.) Segundo porque Verena consegue fazer aí uma preciosa síntese da "economia política do café", a partir de uma análise do "discurso oficial" tanto do Governo, como dos próprios cafeicultores.

Gostaria de chamar a atenção do leitor para as p. 142-52 que, embora não se refiram diretamente ao café, fornecem uma boa visão das reformas estruturais em marcha na agricultura, dos primeiros incentivos governamentais à sua modernização ainda no Governo Vargas e de questão agrária no Governo Kubitschek.

O quinto capítulo - e o último da cronologia - trata do fim do colonato e da origem do trabalho volante. É sem dúvida alguma a grande contribuição do livro de Verena: são sessenta páginas de análises, citações e cifras que esclarecem pontos fundamentais e abrem novas polêmicas. Peço licença ao leitor para trata-las com mais detalhes.

A primeira é sobre o fim do colonato. Verena abre o capítulo com um parágrafo extremamente infeliz: "No começo dos anos 60, quase um século após sua introdução nas fazendas cafeeiras de São Paulo, o colonato se extinguiu. Dos 640.000 colonos e suas famílias, que se calculava viverem e trabalharem nas fazendas de café em 1958, não sobrou nenhum em meados dos anos 60". Trata-se, no mínimo, de um exagero: nem mesmo no Brasil isso seria possível!

Ocorre que os dados citados referem-se aos levantamentos do Instituto de Economia Agrícola - IEA que são

realizados com a finalidade de obter estimativas para previsão das safras nas principais culturas do Estado.

Os dados relativos à mão-de-obra são "subprodutos" obtidos a partir desses levantamentos e não primam pela precisão quantitativa e muito menos pela qualitativa. Na verdade, o colono, nos levantamentos do IEA, é um dos vários tipos de trabalhador residente existentes nas propriedades ao lado dos arrendatários, parceiros, mensalistas, diaristas e outros.

A diferenciação entre eles depende muito do "senso comum" do entrevistador ou do proprietário declarante. Espera-se que na categoria colonos estejam enquadrados aqueles trabalhadores residentes na propriedade que ainda têm um "sistema misto" de remuneração em salário e em espécie, sendo esta última parcela proveniente da "roça de subsistência". Não há dúvida que a categoria, colono, assim entendida, reduziu-se drasticamente nos anos 70. Mas não desapareceu nem mesmo em São Paulo, para não falar de outras regiões. Por exemplo, o *Prognóstico 80/81* do mesmo IEA aponta 36 mil colonos no ano agrícola 1971/72 e 31.400 em 1979/80, representando 4% dos trabalhadores agrícolas residentes nas propriedades rurais do Estado de São Paulo. Certamente não são mais os mesmos colonos típicos que Verena descreve nas décadas passadas. Possivelmente são trabalhadores assalariados que recebem alguns "benefícios" em espécie. Ou, então, apenas chamados de colonos porque ainda moram nas "colônias", como definiu certa vez um proprietário rural (muito embora ele também reclamasse o não-enquadramento dos colonos como assalariados permanentes pelo Estatuto da Terra).

Quero chamar a atenção para o fato de que certamente o colonato não se extinguiu num passe de mágica. Ele foi sendo transformado, enquanto relação de trabalho e de emprego dominante, num longo processo que iria terminar na emergência do proletariado rural dos anos 60.

A segunda polêmica que desejo resgatar é sobre a origem do trabalhador assalariado eventual. No final do mesmo parágrafo com que abre o capítulo, Verena diz que, "quando desapareceram as famílias típicas de colonos; uma nova figura surgiu na cena política de São Paulo, 'o volante' ou trabalhador assalariado eventual, que vive da agricultura mas mora na cidade".

Como procuro mostrar nos meus trabalhos, o volante é um assalariado durante todo o ano, enquanto o assalariado temporário é, na verdade, um pequeno produtor que se assalaria apenas em certas épocas do ano (geralmente na colheita) ou são pessoas que não participam regularmente da força de trabalho (por isso diz-se que ele é eventual), como por exemplo mulheres e crianças.

A origem dos assalariados temporários e dos assalariados eventuais remonta à própria origem da agricultura moderna enquanto atividade especializada. Pode-se dizer, por exemplo, que o colono era também um assalariado temporário durante a colheita do café; e que seus filhos menores eventualmente podiam também ser assalariados, se a escassez de mão-de-obra os requeresse.

A natureza do trabalho volante é distinta. Primeiro, porque é só e sempre um assalariado. Segundo, porque é trabalho coletivo, ou seja, representa uma cooperação simples na agricultura e não mais uma relação de trabalho individual. E por essas razões tem uma relação empregatícia, uma disciplina e um ritmo distinto do assalariado temporário e do eventual.

Na minha tese (*Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*, Hucitec, 1981) cito W. Dean e Stein que apontam turmas de assalariados que se constituíram após a libertação dos escravos no final do século passado. Foram soluções transitórias para fazer frente à desorganização do mercado de trabalho até que o colonato se firmasse. Cito também duas descrições de turmas de volantes na região de Piracicaba durante 2ª Guerra.

Não estou querendo polemizar sobre quem falou primeiro sobre o volante (1). Quero apenas ressaltar que não foi preciso desaparecer o colonato para surgir o volante como dá a entender sucessivas vezes o texto de Verena.

Sustento, pelo contrário, que durante a longa agonia do colonato, acelerada no pós-guerra, já era visível uma nova forma transitória de organização representada pelos assalariados temporários. Mais ainda: o volante não é apenas o colono expulso das fazendas de café. O colono típico da primeira metade do século foi sendo transformado gradativamente num trabalhador assalariado residente. Na verdade, antes de ser um bóia-fria, o colono foi um morador, um mensalista ou simplesmente um camarada diarista residente nas fazendas. O que o colono perdeu primeiro foi a sua "roça de subsistência". que alimentava o seu projeto de autonomia, de libertação da exploração do latifúndio. E isso ocorreu principalmente no pós-guerra, como parte do chamado processo de modernização da agricultura: os pequenos produtores - em particular os não-proprietários, como os colonos, os parceiros, os pequenos arrendatários e os posseiros - foram privados do acesso ao meio de produção fundamental, a terra, e expropriados de seus animais e ferramentas de trabalho.

Na minha maneira de ver, a organização do mercado de trabalho livre no Brasil tem dois momentos caracterizados por formas de transição: primeiro, a parceria muito bem assinalada por Verena, no final do século passado; segundo, os assalariados temporários do pós-guerra até os anos 60, que precedem as "turmas fixas" de

volantes e os assalariados permanentes especializados (residentes ou não nas fazendas) a partir de meados dos anos 60. Esse último movimento não aparece de forma clara no texto de Verena, ficando o leitor com a falsa impressão de que passamos diretamente do colonato aos bóias-frias de hoje.

O terceiro ponto polêmico que Verena aborda nesse capítulo é sobre as *causas* do aparecimento dos volantes. Verena rejeita a tese de Vinicius C. Brant de que o colonato foi uma forma encontrada pelos fazendeiros do café de fixar uma mão-de-obra que era escassa e de baixa produtividade.

Sua argumentação vai no sentido de que o colonato "foi uma forma extraordinariamente eficiente de apropriação do trabalho excedente das famílias contratadas". Ora, uma coisa não se opõe a outra: pelo contrário, a contra-argumentação de Verena serve para apoiar a tese de Brant, reconhecido com justiça pela autora como "possivelmente o único autor que tenta levar em conta as implicações políticas da proletarização e, em particular, as reações dos fazendeiros diante do Estatuto do Trabalhador Rural".

Verena parece aceitar parcialmente a nossa explicação de que foram as transformações na base técnica da produção que, ao aumentarem substancialmente a sazonalidade do trabalho, transformaram a exceção em regra. Ou seja, transformaram o assalariado temporário (ou eventual) - que era adicionado à força de trabalho permanente na época de pico da colheita - no volante, que iria se constituir a nova base da força de trabalho ocupada durante todo o ano nas propriedades rurais.

Verena observa, entretanto, que essa transformação na base técnica afetou o colonato de uma forma diversa das que sugeri: não via aumento da sazonalidade do trabalho, mas sim eliminação da complementaridade tradicional entre o café e as culturas alimentares. Ora, a própria Verena enfatiza que desde 1910 os fazendeiros usavam proibir o cultivo intercalar toda vez que o preço do café subia e nem por isso "apareceram" os trabalhadores volantes. Ademais, como explico na minha tese: "A sazonalidade da ocupação agrícola também se acentua à medida que uma região (ou uma propriedade) se especializa, isto é, quando passa de uma policultura a uma monocultura qualquer. Se uma região (ou propriedade), por exemplo, tem uma combinação tal de atividades, cujos 'picos' de demanda de mão-de-obra se sucedem, é possível encontrar trabalho durante a maior parte do ano.

Mas, se o número de alternativas é reduzido, tendendo a predominar uma só atividade, o perfil de exigência dessa cultura refletirá a própria demanda de mão-de-obra da região (ou propriedade)" (Silva, 1981, p. 112-13).

Em outras palavras, "o efeito de novos métodos de cultivo sobre a simbiose anterior entre o café e as culturas alimentares" (como diz Verena) também contribui para o crescimento da sazonalidade do trabalho. Até ai não creio que tenhamos nenhuma discordância; mas daí para a frente sim. Verena estabelece uma relação unidirecional entre o progresso técnico e as relações de trabalho: ela quer provar que "a maior sazonalidade no uso da mão-de-obra não inviabiliza forçosamente o colonato.

Os fazendeiros poderiam ter adaptado a contratação de famílias de colonos (...) empregando uma mão-de-obra temporária adicional para a cata do café" (p. 197). Ora bolas, foi exatamente isso que os fazendeiros fizeram nos anos 60.

Só não o fizeram antes porque não existia realmente essa possibilidade de só contratar trabalhadores assalariados simplesmente porque esse mercado de trabalho estava ainda em gestação. E isto foi, ao mesmo tempo, resultado e condição necessários para a transformação nas relações de trabalho e na base técnica da produção.

Como explico na minha tese "É importante insistir que existe *uma estreita vinculação entre a relação de trabalho e o nível de tecnologia utilizado nas propriedades agrícolas*. Por exemplo, o mesmo problema da variação sazonal das exigências de força de trabalho existia também anteriormente na cultura do café e o colono representou uma solução admirável numa época em que o mercado de trabalho estava em gestação: presente na época da colheita como assalariado, sobrevivia com sua 'roça de subsistência' - que preferencialmente era inclusive intercalar ao café - nos demais meses do ano (2).

É bem verdade que a cana, hoje, não se presta tão bem ao cultivo intercalar como o antigo café.

Isso não significa dizer que a colheita da cana em si seja incompatível com tal prática; sabe-se, por exemplo, que se produziu muito feijão intercalado na cana plantada até o final da década de 60 em São Paulo. Foi a mecanização dos tratos culturais e a utilização de herbicidas no plantio (e/ou após o plantio), ou seja, o próprio desenvolvimento da tecnologia utilizada na cultura da cana, que tornaram essa consorciação praticamente impossível. E mesmo os cafezais de hoje, em função dos nossos tratos culturais decorrentes da disseminação da doença da 'ferrugem' no início dos anos 70, tiveram um salto tecnológico que praticamente eliminou a compatibilidade com os cultivos intercalares. Isso ocorreu fundamentalmente em função da necessidade de trânsito constante de máquinas entre suas fileiras para aplicação de defensivos, o que também incentivou a utilização de herbicidas, reduzindo drasticamente a mão-de-obra necessária às capinas, operação que depois da colheita era a que empregava mais gente.

Em resumo, não são as condições naturais ou tecnológicas inerentes a esta ou àquela cultura, nem a esta ou

àquela relação de trabalho que estão em jogo.

Na verdade, as próprias relações sociais de produção, de modo geral - e em particular as relações de trabalho -, são simultaneamente condicionantes e condicionadas pelo desenvolvimento das forças produtivas" (Silva, 1981, p. 115-6).

É exatamente essa dupla mão - relação dialética, diriam os mais pedantes - que escapa à análise de Verena. Para ela o colonato parece ter sido apenas uma alternativa decorrente de uma escolha racional dos fazendeiros de café. t; óbvio que foi. Mas será que essa racionalidade weberiana *ex-post* dá conta das reais alternativas disponíveis para os fazendeiros da época? Quero chamar a atenção de que na verdade não havia a "outra alternativa" de contratar mão-de-obra assalariada eventual na colheita, como supõe Verena.

Finalmente, quero tratar de um último ponto e que é o das razões de superação do colonato.

Aqui também a racionalidade weberiana *ex-post* não convence: a análise do discurso dos agentes - azendeiros e trabalhadores - ende a reproduzir a ideologia dominante que atribui todos os ales do bóia-fria ao Estatuto do Trabalhador Rural. Já manifestei várias vezes minha discordância com a aceitação dessa versão dos fatos: se as leis formais pudessem criar novas relações de trabalho e de produção, o sistema capitalista poderia garantir a sua perpetuidade com o simples controle das Faculdades de Direito.

Verena recusa-se a admitir que o fim do colonato tenha sido a sua incompatibilidade com o processo de modernização da agricultura no pós-guerra. Obviamente isso não quer dizer que o colono não poderia manejar um trator ou utilizar Insumos químicos.

A questão é que o colonato, ao manter cativos todos os braços da família do trabalhador rural, impunha um rígido limite à introdução de técnicas que possibilitassem uma economia parcial de braços na lavoura fora do pico da colheita. A ocupação da mão-de-obra excedente da família nas atividades de subsistência permitia não apenas sua "reprodução doméstica" como também colocava à disposição do capital braços extras nas ocasiões em que havia uma demanda adicional de força de trabalho, como ocorria nas colheitas.

Acontece que a mecanização da colheita não tinha ainda solução técnica disponível. Por isso, qualquer redução de mão-de-obra nas demais atividades do ciclo produtivo era dificultada sob o regime do colonato pelo fato de que o fazendeiro não podia prescindir do total da força de trabalho necessária nos momentos de pico.

"Em outras palavras, a não existência de um mercado de trabalho plenamente desenvolvido com um excedente de mão-de-obra disponível *para todas as propriedades agrícolas* impunha um limite à própria mecanização, com o crescimento da escala de produção, a concentração das explorações agropecuárias com a expropriação dos pequenos produtores, a modernização da agricultura com a substituição da produção de subsistência pelas culturas comerciais, enfim, o próprio desenvolvimento das relações capitalistas no campo, que iria criar esse excedente de mão-de-obra" (Silva, 1981, p. 115). Concluindo, gostaria de dizer que o livro de Verena está sem dúvida alguma entre as melhores coisas que se escreveu sobre o colonato no Brasil. As polêmicas e divergências que ressuscita, em absoluto constituem qualquer demérito. Muito pelo contrário, significam exatamente que o texto é uma referência obrigatória para todos os que se debruçarem sobre a história da agricultura brasileira. Ele deixa também uma certeza: não dá para escrever a história da agricultura brasileira - e a de São Paulo, em particular, a partir do pós-guerra - com base apenas no café.

Especificamente, não se pode querer entender o fim do colonato sem analisar as razões da expansão canavieira em São Paulo do início dos anos 60. É necessário um pouco de açúcar nesse. café.

Notas Biográficas

1 - Erroneamente, Verena cita o trabalho de Etori, de 1961, como "o primeiro a descrever o fenômeno do volante", embora no mesmo rodapé reconheça que Monbeig já havia notado, em 1957, a tendência de alguns ex-colonos morarem na cidade e viajarem para as fazendas de caminhão, bem como o uso de "empregadas".

2 - "É interessante observar que a sazonalidade da ocupação agrícola era um dos componentes que evidenciavam a rigidez no uso da mão-de-obra escassa, dado que o 'plantel' necessitava ser dimensionado para fazer frente às exigências dos momentos de 'pico' de trabalhadores nas fazendas, que era a época da colheita. Isso obrigava a coexistência nas 'plantations' das ocupações auxiliares para empregar o escravo na entressafra, de modo que a(lado do produto principal destinado ao mercado crescia a economia natural, de subsistência."

O povo na História

- resposta à resenha de José Graziano da Silva

por Verena Stolcke

A DISCUSSÃO

Os donos (solenes):

- *A ordem é de expulsar o que maltrata as árvores inocentes! Colonos homens (melancólicos e mansos):*

- *Malvado o que abusou da inocência do fruto, o encarcerando nos armazéns insaciáveis, o queimando nas caiêras clandestinas da madrugada!*

Os donos (ásperos):

- *Tonto é o que fala sem saber as altas leis das História! Colonos (se abespinhando, ac várias amontoadas):*

- *História! A ignorância do humilde, a esperteza do sábio!*

(Mário de Andrade.

"Café - Concepção Melodramática" - em três atos. São Paulo, 1933, 1939, 1942 *In: Obras Completas de Mário de Andrade, Poesias Completas. São Paulo, 1966, p. 348.*)

Agradeço muito a Graziano por sua leitura cuidadosa e crítica de meu livro. O debate intelectual constitui um pré-requisito para o avanço do conhecimento e para a mudança social. Sou-lhe grata também porque sua crítica enseja-me a oportunidade de, respondendo-a, explicitar minha perspectiva metodológica e minhas conclusões, possivelmente com maior clareza do que o fiz no próprio livro.

Na verdade, o livro constitui uma economia política do café em São Paulo, desde a introdução dessa cultura no Estado até o presente. Meu objetivo central foi o de ressaltar as contradições que considero responsáveis pela constituição do sistema de colonato, no final do século XIX, assim como por sua substituição pelo trabalho assalariado, e particularmente pelo trabalho assalariado eventual, em época mais recente.

Em vez de ver no trabalho assalariado uma conseqüência quase que necessária da "capitalização" da agricultura, entendida como a progressiva tecnificação da produção, encaminho minha investigação para o terreno político, ou seja, para as formas de dominação do trabalho e de resistência dos trabalhadores, que caracterizaram as relações de produção em períodos precisos, pesquisando a maneira pela qual estas condicionaram as formas de exploração do trabalho e as transformações ocorridas no processo de produção. Uma economia política implica não apenas a análise de contradições entre relações sociais de produção e forças produtivas, no sentido técnico da compatibilidade ou incompatibilidade entre processos de produção e formas de utilização do trabalho, mas também ocupa-se do papel desempenhado pelo poder político. É a respeito desta dimensão política que discordamos.

Como o próprio Graziano afirma: "Na verdade, as próprias relações sociais de produção, de modo geral - e em particular as relações de trabalho -, são simultaneamente condicionantes e condicionadas pelo desenvolvimento das forças produtivas" (Silva, 1981, p. 115-6).

Mas eu acrescentaria que as relações sociais de produção, sob o capitalismo, sempre implicam formas de dominação e as transformações ao nível das forças produtivas respondem ao desejo do capital de assegurar ou aumentar a produtividade por meio da imposição da disciplina de trabalho sob condições históricas específicas. A capacidade de resistência dos trabalhadores, contudo, estabelece limites para esses empenhos do capital.

Defini o livro, de uma maneira tentativa, como uma *história antropológica* das transformações das relações de produção nas fazendas de café em São Paulo.

Isto se deveu precisamente por querer resgatar os elementos dinâmicos desse processo, isto é, seus sujeitos, proprietários rurais e trabalhadores, mulheres e homens que, através de sua interação, deram forma à história do café na região. Muitas vezes a história tem sido escrita como uma sucessão de eventos, sem povo.

A Antropologia fala freqüentemente sobre o povo, sem história. Só juntando ambas as dimensões é possível dar conta desta história. Por isso, também, meu livro não é concebido como uma mera justaposição de uma análise histórica e de "três ensaios antropológicos sobre as condições de vida e de trabalho dos bóias-frias". A memória que os trabalhadores conservam sobre seu passado (cap. 7), informada por sua experiência como classe, não pode ser simplesmente deixada de lado como um mero reflexo da ideologia dominante.

Em primeiro lugar, deve-se pelo menos explicar qual é esta específica ideologia dominante e por que ela o é. Depois, no que diz respeito aos que se constituem em objetos dessa manipulação ideológica, deve-se interpretar sua memória tanto em termos de condições passadas como de experiências e aspirações presentes

A memória não é obviamente uma fonte de "fatos" históricos concretos, mas os eventos que ela retém e acentua revelam algo importante sobre a maneira pela qual grupos sociais específicos vivenciaram sua história.

É precisamente na memória dos trabalhadores, relativamente às forças que os transformaram em trabalhadores sem acesso à terra, que "os direitos", mais propriamente que as inovações técnicas, ocupam um lugar central.

De modo similar, no capítulo 6, analiso as atitudes e o comportamento dos *volantes*, particularmente das mulheres, para colocar em evidência novas contradições e investigar a expressa insatisfação dos proprietários com respeito a esta nova forma de exploração do trabalho.

Graziano, todavia, centra suas críticas principalmente sobre o capítulo 5 de meu livro, no qual desenvolvo argumentos para uma análise de classe da transição para o trabalho assalariado eventual. Concordo que devam ser consideradas com alguma reserva as estatísticas disponíveis sobre o tamanho e a composição da força de trabalho agrícola em São Paulo. Concordo também que posso ter sido demasiado categórica nas considerações iniciais do capítulo. O colonato, como forma específica de exploração do trabalho, obviamente não desapareceu "num passe de mágica" das fazendas de café em São Paulo. Os proprietários substituíram seus colonos por trabalho assalariado residente e eventual, com vistas a recuperar a liberdade de contrato que estavam ameaçados de perder com o Estatuto do Trabalhador Rural, de 1963. Este, entretanto, não caiu do céu. Foi o resultado de um processo de crescente polarização quanto à questão da reforma agrária, ocorrido no final dos anos 50 e início da década de 60.

Até os primeiros anos dessa década, através de seus representantes no Congresso, os proprietários tiveram sucesso em impedir qualquer tentativa de estender a legislação trabalhista aos trabalhadores rurais. No entanto, quando a reforma agrária tornou-se a questão central, o Estatuto pareceu um mal menor e foi legalmente instituído, numa medida paliativa que procurava conter a agitação no campo.

Como os governos militares pós-1964 não o aboliram, os proprietários utilizaram-se da brecha legal oferecida pelo Estatuto e, na medida em que a natureza da lavoura o permitia, substituíram trabalhadores permanentes, inclusive colonos, por trabalhadores volantes que não têm direito à estabilidade no emprego e não precisam ser indenizados em caso de demissão, aspectos esses (estabilidade e indenização) que tinham sido os mais objetados pelos proprietários porque afetavam sua liberdade de contratar e demitir discricionariamente. Este é apenas um exemplo particular do fato mais geral de que as leis são produto de processos sócio-políticos. O mínimo que um analista deve fazer é encarar tais fenômenos tão seriamente como o fazem os atores históricos.

Com efeito, os proprietários levaram muito a sério o Estatuto do Trabalhador Rural.

Analisei tão-somente a transformação das relações de produção na agricultura cafeeira, de modo que estou plenamente de acordo sobre-a urgente necessidade de estudos similares a respeito de outras lavouras, como a da cana, que prestem a devida atenção aos eventos legais e políticos. Quanto aos plantadores de café em São Paulo, alguns deles, nas regiões cafeeiras mais antigas do Estado, efetivamente experimentaram novos métodos de cultivo já nos anos 50, visto que, de outro modo, por força da exaustão do solo, não teriam podido beneficiar-se do *boom* cafeeiro. Esses novos métodos de cultivo, a mecanização da capina, a plantação de mudas mais próximas umas das outras, o uso de fertilizante químico etc., de fato alteraram as necessidades de mão-de-obra. Mas o que foi mais decisivo em termos de afetar a viabilidade do colonato, sistema que combinava o trabalho na lavoura de café com o auto-provisionamento da família de colonos como uma fonte de apropriação de sobre trabalho, foi o efeito das novas técnicas de cultivo sobre as lavouras de subsistência. Na primeira parte do século, quando se elevaram os preços do café, os colonos foram proibidos de intercalar a cultura de alimentos na lavoura do café, mas nunca ficaram inteiramente privados da possibilidade de produção de alimentos para auto-abastecimento. Nos anos 50, todavia, as terras externas aos cafezais passaram a ser crescentemente utilizadas para outras lavouras, por iniciativa da própria fazenda, de modo que não puderam mais ser plantadas pelos trabalhadores para seu próprio uso. O colonato não faz sentido sem o auto-provisionamento. Deve-se novamente enfatizar, no entanto, que estes primeiros experimentos foram na verdade muito limitados.

Somente nos anos 60, depois de massiva erradicação de cafeeiros e da instituição do Estatuto do Trabalhador Rural, é que se extinguiu o colonato como forma típica e dominante de exploração do trabalho. Os "colonos" que aparecem nos *Prognósticos* do IEA, mencionados por Graziano, não podem ser vistos como comparáveis aos da forma típica apenas pelo fato de que lhes é permitido cultivar algumas verduras.

Ademais, como eu mesma observo, os cafeicultores sempre se valeram de grupos de trabalhadores temporários quando as necessidades de mão-de-obra não puderam ser cobertas pelas famílias de colonos. A maioria desses trabalhadores temporários parece ter sido constituída por homens solteiros que, por essa razão, não podiam encontrar trabalho como colono. Essas "turmas de solteiros", como eram chamadas, eram recrutadas seja porque seu concurso fazia-se necessário para alguma tarefa essencial, seja porque precisava-se de mais braços para a colheita, quando esta assumia dimensões de maior porte, seja ainda porque, nas condições que estava disposto a oferecer, o cafeicultor não conseguia empregar o número necessário de famílias de colonos, em virtude da atração exercida sobre elas pela concorrência das regiões mais novas. Mais uma vez, contudo, como afirmo no capítulo 6, esses grupos não podem ser

comparados aos volantes modernos (e o contratante ou "turmeiro" que os recruta) porque são diferentes. as circunstâncias que os originaram. Os trabalhadores temporários de antigamente constituíam um complemento às famílias de colonos, ao passo que os volantes de agora são uma espécie de mal necessário que decorre das leis trabalhistas.

Em seu esforço para contornar as novas obrigações contratuais estabelecidas pelo Estatuto do Trabalhador Rural, os cafeicultores reagiram de diversas formas.

Alguns fazendeiros privaram seus trabalhadores de direitos de auto-provisionamento, na esperança de que os colonos desistissem espontaneamente da indenização a que tinham direito; outros os despediram, pagando a indenização. Porém, como fossem ainda grandes as necessidades de mão-de-obra para a cafeicultura em virtude de ter avançado pouco a mecanização, um número significativo de colonos foi transformado em trabalhadores assalariados permanentes, sem direito ao auto-provisionamento (que, por lei, não podia ser descontado do salário-mínimo), aos quais os proprietários, sempre que puderam, esforçaram-se por não registrar.

Suas famílias, contudo, embora continuassem trabalhando para a fazenda, foram definitivamente excluídas de qualquer laço contratual, o que as tornava também uma reserva de trabalhadores volantes residentes.

Não obstante, as necessidades de mão-de-obra foram crescentemente cobertas por grupos de trabalhadores eventuais trazidos por "turmeiros" de fora da fazenda. No início dos anos 70, esses volantes tinham se mostrado, na verdade, um substituto muito inadequado para os colonos.

Tornaram-se difundidas as queixas quanto à qualidade do trabalho e quanto à disciplina. Segundo minha argumentação, é deste ponto em diante, quando ademais desenvolvem-se o crédito agrícola e o suprimento de máquinas e fertilizantes para a agricultura, que novas técnicas de cultivo foram mais amplamente adotadas visando reduzir a dependência das fazendas de uma força de trabalho de baixa produtividade.

Isso explica não apenas as razões de a "modernização da cafeicultura" ter-se dado então de uma maneira mais generalizada, mas também por que foi nessa ocasião que esse fenômeno se deu.

Nesta polêmica, uma questão obviamente central é a que diz respeito à existência ou não de um mercado de trabalho, pois isto afeta tanto as opções dos fazendeiros quanto as reações dos trabalhadores. Meu argumento mais geral é o de que um mercado de trabalho criara-se na agricultura paulista já no final do século XIX, com a imigração subsidiada massiva. De fato, é difícil negar que, sob o sistema do colonato, os trabalhadores eram obrigados a vender sua força de trabalho no mercado. Mas a constituição de um mercado de trabalho não significa necessariamente que não ocorram carências ocasionais de mão-de-obra. Graziano, contrariamente, argumenta que, mesmo nos anos 50, um mercado de trabalho agrícola estava ainda "em gestação", parecendo disto extrapolar a mecanização parcial da agricultura. Entretanto, se considerarmos a evolução dos salários agrícolas, que é um dos indicadores possíveis, parece que pelo menos não houve falta de força de trabalho nos anos 50.

Nessa década, declinaram em termos reais os salários monetários dos colonos, bem como os dos trabalhadores temporários.

Pela mesma razão, na época, era uma alternativa real a contratação de trabalho temporário nas ocasiões de colheita.

Graziano confere-me uma espécie de racionalidade weberiana, presumivelmente porque procuro tornar inteligíveis os significados que os atores atribuem aos acontecimentos históricos, atribuição de significado essa que, de alguma forma, afeta tais acontecimentos. De minha parte, tendo a acreditar que nossas diferenças baseiam-se no fato de adotarmos lógicas contrastantes uma, que encara o lucro como fundado na dominação e na exploração, por oposição a outra, que poderia ser caracterizada com uma "tecnológica". A meu ver, precisamos não apenas adicionar algum açúcar ao café, mas sobretudo algum povo e suas lutas à história.

(Tradução do original em inglês: André Villalobos.)

O DRAMA DO FIM DA VIDA A ideologia. da velhice

- de Eneida G. M. Haddad. São Paulo, Cortez & Autores Associados, 1986.

por Sérgio Adorno

O temor à morte e a apreensão para com os desígnios da velhice não constituem, seguramente, sentimentos peculiares à civilização ocidental capitalista.

O desejo de viver eternamente esteve presente quer na *pólis* clássica quer na *cidade de Deus*.

Seguramente, também nas civilizações do mundo antigo e medieval, as expectativas com relação ao final do

ciclo vital jamais foram experimentadas como drama ou tragédia pessoal.

A valorização do saber acumulado e o consolo de legar às futuras gerações o segredo do trabalho, do amor e da vida amparavam o ideal de alçar uma imortalidade vicária na posteridade.

A civilização ocidental capitalista, no entanto, parece haver transformado a velhice em *dramatis personae*. Os velhos são definidos como inoperantes, improdutivos, supérfluos, numa palavra, inúteis. Esta civilização, que desvaloriza a experiência, o saber acumulado, o repositório cultural alicerçado na tradição e no sentido de continuidade histórica, fez do envelhecer um mal que deve ser - a todo custo extirpado do corpo social sadio.

Não há mais o consolo segundo o qual constitui tarefa dos mais velhos equipar os jovens para enfrentar os problemas da vida.

O elo geracional perdeu-se por absoluto. A velhice deve ser abolida. A vida prolongada indefinidamente. A reprodução da existência social dilui-se na sua própria razão de ser.

Frente a este quadro perturbador, não se poderia esperar que à velhice fosse conferido lugar de destaque. Quando muito, deve-se estimular os velhos a que alcancem um final de vida motivador, tranqüilizador. Um quadro que se torna ainda mais desalentador quando se visualiza a ideologia da velhice em sociedades historicamente determinadas, como a sociedade capitalista brasileira. Se o drama que marca o fim da vida atinge a todos, como trajetória a ser perfilada de modo inexorável, ele converte-se em tragédia quando experimentado pelos velhos que construíram sua carreira nos estreitos limites ditados pela condição de subalternidade a que se encontra sujeita parcela nem um pouco desprezível das classes trabalhadoras. Para estes, o que pode significar um final feliz?

O que representam as receitas de longevidade? O que quer dizer soltar o corpo, fazer ginástica, cultivar o espírito e a identidade pessoal, entregar-se aos prazeres planejados a doses homeopáticas?

É justamente por suspeitar da universalidade abstrata que subjaz à ideologia da velhice, nesta sociedade, que Eneida G. M.

Haddad investe seu esforço crítico para deslindar os móveis que se ocultam por detrás do sistema de representações criado sobre a etapa final da vida humana.

Originalmente apresentada como dissertação de mestrado em antropologia social, junto ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, *A ideologia da velhice* constitui leitura necessária a todos aqueles que, como a autora, suspeitam das campanhas moralizatórias contra a velhice desamparada, dos paliativos ministrados por um certo tipo de discurso médico, da boa vontade dos humanistas.

Escrito com fluência - aliás requisito nem sempre observado com rigor em teses acadêmicas -, seu estudo, fundamentado teoricamente na interpretação marxista e subsidiado pelo exame exaustivo de fontes documentais diversas e por cuidadosa avaliação crítica da bibliografia especializada disponível, envereda pela investigação das instâncias autorizadas a falar *pelo e para* o velho: o saber especializado da gerontologia e da geriatria; as propostas tutelares do Estado brasileiro e os programas desenvolvidos pelo Serviço Social do Comércio. Debruçando-se minudentemente em cada uma dessas instâncias, perfilando suas orientações político-ideológicas, inquirindo persistentemente a propósito do interlocutor visado por essa proliferação discursiva, cotejando o dito e o não dito com as condições sociais de existência a que a sociedade capitalista submete os velhos das classes populares, o livro desemboca em conclusão algo Incômoda: embora diferentes em suas origens e desiguais em argumentos, as três instâncias analisadas não fazem senão a apologia do inundo burguês.

De fato, no discurso gerontológico e geriátrico, a apologia do mundo burguês reside, pelo menos, em três paradigmas, a saber: o trabalho, receita para combater a ociosidade; a educação, como veículo de autoconsciência e, portanto, instrumento de libertação; e a família, como fonte segura de integração, sociabilidade e conforto emocional.

O que o discurso gerontológico não se permite é reconhecer as contradições embutidas em seu próprio receituário: em um mundo onde todas as relações sociais, de um modo ou outro, por bem ou por mal, sujeitam-se à férrea lei da troca e onde a força de trabalho converte-se em mercadoria, não pode haver espaço para o velho quer na esfera da produção, quer na esfera da circulação. Em uma sociedade capitalista, como a sociedade brasileira, em que as condições de trabalho e de vida se impõem aos homens como algo externo a eles, independentemente de suas vontades, e são experimentadas como sofrimento a que uma parcela da, população deve se resignar, qualquer proposta que eleja o trabalho como meio para se alcançar um *happy end* se configura resoluto *nonsense*.

De igual modo, os entusiastas do obsoletismo planejado - para empregar a terminologia adotada por Lasch - nunca se perguntam: para que serve colonizar a velhice através da educação ou encastelar os velhos no espaço institucional - a família - que, durante longo período de suas existências, justamente consolidou-se como o lugar privilegiado onde verificam-se sutis mecanismos de exclusão? Para que servem tais remédios? Para reduzir os velhos, seres históricos e dotados de identidade cultural própria, a gerontinos, meros objetos do saber especializado, responde a autora.

O que gerontólogos e geriatras não se dão conta é que, na sociedade capitalista, a velhice se repete, por assim dizer, sob duplo registro: no plano das condições objetivas de existência, como tragédia, e no plano da ideologia, como farsa.

Não resulta estranho que decretar a morte dos velhos equivale a expedir certificado de incompetência à nossa sociedade, razão por que qualquer ética humanista, que se preze insistirá no prolongamento da vida, no envelhecimento sem velhice, como aguçadamente o percebeu a pesquisadora. Neste particular, desde 1964, o Estado brasileiro vem constituindo uma política social de *prevenção contra a velhice*. Dirigida preferentemente aos velhos trabalhadores, esta política social tem revelado aparente preocupação em assegurar-lhes a conservação, acenando, por um lado, com a prestação de assistência médica adequada e, por outro, com a promoção de programas educativos.

Porém, constata a autora, iniciativas no sentido de reformular as modalidades de atenção médico-social, de banir o asilo do cenário filantrópico, de mobilizar a família visando a valorização do idoso, por mais que se encontrem revestidas de nobres ideais, tornam-se inócuas quando se descortinam os interesses escusos da política social.

Se a política pública de "envelhecimento sem velhice" preconiza a melhoria da prestação de serviços assistenciais, nem por isso consegue dissimular propósitos recônditos: investindo contra a aposentadoria por tempo de serviço, seu alvo é reduzir o ônus previdenciário, transferindo-o para os próprios sujeitos da intervenção pública.

Assim, o Estado brasileiro vê-se às voltas com um paradoxo: em lugar de socializar o prejuízo social causado à força de trabalho por um longo e penoso processo de exploração capitalista, a política social privatiza a perda, transfigurando-a em obrigação pessoal a que o velho deve administrar por sua conta e risco.

Neste particular, sustenta a autora, a política social, aqui também, não pode fazer senão a apologia da sociedade burguesa. Aos gerontólogos e geriatras e aos administradores e tecnocratas públicos vêm se agregar os humanistas, sobretudo aqueles preocupados em melhorar a imagem dos velhos em nossa sociedade. Sob este aspecto, os programas para a chamada terceira idade, promovidos pelo Serviço Social do Comércio, de que se ocupa a autora no último capítulo de seu livro, já parece fundar tradição nessa área, haja vista, inclusive, o permanente intercâmbio com educadores e especialistas estrangeiros.

Defensores da felicidade no fim da vida, seus trabalhadores sociais e técnicos, simpatizantes das propostas de Educação Permanente advogadas pela socióloga e gerontóloga francesa Claudine Attias-Donfut, promovem uma sorte de campanha civilizatória da velhice: a velhice torna-se perigosa quando não assistida de modo pertinaz. É necessário melhorar a imagem dos velhos, ajudá-los a enfrentar as adversidades da vida, conscientizá-los de que é possível administrar adequadamente o fim.

Por isto, os humanistas recomendam movimento à caminhada derradeira: novos passatempos, novos prazeres, novos divertimentos, novas ocupações.

Crêem que saber envelhecer é uma arte, pois, se todos devemos trilhar o mesmo destino insólito, é possível descobrir atalhos que tornem a caminhada menos sofrida, menos dolorida.

Por meritórios que sejam os fins pretendidos pela ação dos humanistas, a cumplicidade com a ideologia burguesa deixa-se entrever sobremodo na invenção de um lugar para os velhos e na atribuição de ritmo determinado à vida nessa etapa derradeira.

De fato, o universo da vida burguesa não suporta relações móveis que possam alterar-se indefinida e incontrolavelmente e sequer tolera o emprego do tempo submetido a forças cegas e inevitáveis. A apologia do mundo burguês, como sublinha a pesquisadora, transparece nas propostas da Educação Permanente, porquanto, ao remeterem a responsabilidade por uma etapa final da vida edificante ao âmbito privado, tais propostas dissimulam o não dissimulável: parte do infortúnio trágico da velhice naquelas sociedades que se encontram sob a égide do regime burguês de produção e propriedade se deve ao modo como este regime organiza suas condições de trabalho e de vida.

Certamente, a percepção das articulações entre o saber especializado, a política social e o humanista não esgota a complexidade do fenômeno enfocado. Ademais, das suas determinações de classe, há outros recortes que necessitam ser igualmente vislumbrados, notadamente aqueles que dizem respeito ao modo pelo qual a velhice é vivida diferentemente entre homens e mulheres, brancos e negros, nacionais e imigrantes, trabalhadores do campo e das cidades etc. Igualmente pertinentes são questões relativas à possível existência de saberes alternativos no interior de outras instâncias instadas a falar do velho ou mesmo porta-vozes dos sujeitos considerados. Afinal, cabe indagar: como vivem os velhos? O que esperam dos serviços médico-assistenciais? Satisfazem-se com os acenos da política social?

Como experimentam os programas de lazer: com prazer ou tédio? Este será possivelmente o elenco de indagações que seguramente norteará a autora ao prosseguir seus estudos.